

BOLETIM FEDCONT Nº 200 – ANO V 19 de fevereiro de 2015



Uma guerra cambial inesperada?

Seis anos e meio depois da crise financeira mundial, os bancos centrais tanto das economias emergentes como das desenvolvidas continuam a implementar uma política monetária ativista - e imprevisível - sem precedentes. Quanto ainda falta percorrer para encerrar essa extraordinária jornada? Só no mês passado, Austrália, Índia, México e outros cortaram as taxas de juros. A China reduziu o depósito compulsório dos bancos. A Dinamarca levou para campo negativo sua taxa oficial do interbancário. Mesmo os países mais obcecados por estabilidade tomaram medidas imprevistas. Extrapolando o simples corte da taxa de juros, a Suíça repentinamente abandonou sua política de atrelamento parcial do valor do franco suíço ao do euro. Alguns dias depois, Cingapura alterou inesperadamente seu regime cambial também. Com exceção do Fed, os bancos centrais temem demais o impacto de uma valorização cambial na competitividade das empresas domésticas, a ponto de não intervir; na verdade, um número cada vez maior deles age intensivamente para enfraquecer suas moedas De maneira ainda mais relevante, o Banco Central Europeu (BCE) se comprometeu com um programa grande e por prazo relativamente indeterminado de compras de ativos em grande escala. O BCE agiu apesar do crescente coro de advertências de que incentivo monetário não é suficiente para promover crescimento duradouro, e de que ele estimula riscos exagerados nos mercados financeiros, que poderão, em última instância, ameaçar a estabilidade econômica e a prosperidade (como ocorreu em 2008). Mesmo o Federal Reserve (Fed, o BC dos EUA), que gere uma economia de desempenho bem superior à dos seus congêneres do mundo desenvolvido, reiterou a necessidade de "paciência" com relação à elevação das taxas de juros. Essa nova rodada de ativismo dos bancos centrais reflete a persistência das preocupações com o crescimento da economia. Apesar do volume outrora impensável de estímulo monetário, a produção mundial continua bem abaixo de seu potencial, e esse mesmo potencial

corre o risco de ser refreado. O que piora as coisas é que a fragilidade da demanda e o estoque de dívidas alimentam a apreensão com a deflação observada na zona do euro e no Japão. Prevendo a queda dos preços, as famílias puderam adiar suas decisões de consumo e as empresas puderam retardar seus investimentos, empurrando a economia para uma espiral descendente da qual será muito difícil escapar. Se a debilidade da demanda e o alto endividamento fossem os únicos fatores em jogo, a mais recente rodada de estímulo monetário seria óbvia do ponto de vista analítico. Mas não são. As principais barreiras ao crescimento da economia continuam, em grande medida, sem enfrentamento - e os bancos centrais não conseguem lidar sozinhos com elas. Para começar, os bancos centrais não podem fornecer os componentes estruturais - por exemplo, investimentos em infraestrutura, mercados de trabalho de melhor funcionamento e reformas fiscais pró-crescimento - necessários para puxar uma recuperação vigorosa e sustentada. Também não podem solucionar o desequilíbrio da demanda agregada - isto é, a disparidade entre a capacidade e a disposição das famílias, empresas e governos de gastar. E não conseguem eliminar os bolsões de endividamento excessivo que inibem os novos investimentos e o crescimento. Não admira, portanto, que os instrumentos de política monetária tenham se tornado cada vez menos confiáveis como geradores do crescimento econômico, da inflação estável e da estabilidade financeira. Os bancos centrais foram forçados a tomar um caminho de política econômica longe do ideal - especialmente porque eles se arriscam cada vez mais a incitar a instauração de alguns dos elementos de uma guerra cambial não declarada em que a vitória de uns significa necessariamente a derrota dos demais. Com a notável exceção do Fed, os bancos centrais temem demais o impacto de uma valorização cambial sobre a competitividade das empresas domésticas, a ponto de não intervir; na verdade, um número cada vez maior deles age intensivamente para enfraquecer suas moedas. A "divergência" de desempenhos econômicos e de políticas monetárias entre três das economias sistemicamente mais importantes do mundo - as da zona do euro, do Japão e dos Estados Unidos - acrescentou uma camada a mais de confusão para o restante do mundo. Na verdade, as medidas surpreendentes tomadas por Cingapura e Suíça foram uma reação direta a essa divergência, analogamente à decisão da Dinamarca de suspender todas as vendas de títulos do governo, a fim de empurrar para baixo as taxas de juros e fazer frente à pressão ascendente sobre a coroa dinamarquesa. Naturalmente, nem todas as moedas podem se desvalorizar no câmbio entre si ao mesmo tempo. Mas a atual onda de esforços, apesar de longe de ser a mais adequada, pode persistir por um tempo, desde que cumpridas pelo menos duas condições. A primeira condição é a persistência da disposição dos Estados Unidos de tolerar uma acentuada

valorização da taxa de câmbio do dólar. Em vista das advertências das empresas americanas sobre o impacto de um dólar valorizado sobre seus lucros, essa premissa não está garantida. Mesmo assim, enquanto os EUA mantiverem seu ritmo total de crescimento e criação de empregos - um resultado factível, em vista da contribuição relativamente pequena da atividade econômica estrangeira ao PIB do país -, esses desdobramentos não tendem a desencadear uma resposta política por um bom tempo. Na verdade, as intrincadas relações comerciais dos Estados Unidos com o resto do mundo - que colocam as famílias e as empresas dos dois lados da equação da produção e do consumo - tornam especialmente difícil estimular um apoio político significativo ao protecionismo no país. A segunda condição para uma ampla depreciação cambial é a disposição dos mercados financeiros de assumir e manter posturas de risco ainda não validadas pelos fatores fundamentais da economia. Com os bancos centrais - na prática, os melhores amigos dos mercados financeiros - pressionando por uma tomada de risco financeiro cada vez maior (como meio de estimular a tomada de risco economicamente produtiva), essa não é uma proeza fácil. Mas, em vista do perigo que isso representa, espera-se que tenham êxito. De qualquer maneira, os bancos centrais terão de acabar voltando atrás. A pergunta é o grau de dificuldade com que se poderá romper a dependência da economia mundial de correções parciais de política monetária - e se resvalar para uma guerra cambial poderá ou não acelerar esse cronograma. (Tradução de Rachel Warszawski) Mohamed A. El-Erian é assessor econômico na Allianz e membro de sua comissão executiva internacional. É presidente do Conselho de Desenvolvimento Mundial do presidente Barack Obama e autor de "When Markets Collide". Copyright: Project Syndicate, 2015. www.project-syndicate.org

Fonte: Valor Online 12/02/2015

Terceirização: PL 4.330 é desarquivado e está pronto para votação em plenário

A votação do projeto em plenário depende do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que precisa incluir a matéria na ordem do dia. Essa decisão é tomada no âmbito do Colégio de Líderes.

O requerimento para desarquivamento pedia o retorno à tramitação do PL 1.621/07, do deputado Vicentinho (PT-SP), anexado ao PL 4.330. Dessa forma, todas as proposições que versam sobre terceirização são resgatadas para iniciar a tramitação de onde pararam no encerramento da legislatura no dia 31 de janeiro de 2015.

A informação é do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), alertando que nesta fase do debate sobre o tema, o movimento sindical precisa ficar atento, pois há forte tendência de o projeto ir à frente, tendo em vista a composição da Câmara empossada no dia 1º de fevereiro de 2015.

"Trata-se de uma composição mais conservadora, com uma bancada empresarial que manteve sua força e poder, com 220 representantes na Câmara. Enquanto a bancada sindical, que na legislatura passada tinha 83 representantes na Casa, agora tem 51", assinala o DIAP, complementando: "Com esta correlação de forças tão desigual, o movimento sindical terá de atuar muito mais no Congresso e com mais vigor, a fim de ocupar os espaços de negociação para não ser surpreendido com decisões que lhe afetam, sem ser ouvido".

Senado

Ainda segundo o Departamento, é importante lembrar que pode voltar à tramitação no Senado projeto idêntico ao PL 4.330. Trata-se do PLS 87/10. Assim, a atenção deve estar voltada também para o Senado Federal.

O PLS 87 foi arquivado no final da legislatura, mas poderá ser desarquivado mediante requerimento de qualquer senador, com apoio de 27 colegas. De autoria do ex-senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) aguardava parecer para discussão e votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Caso retorne ao debate na CCJ ainda será apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Fonte: Diap 11/02/2015

A importância da contabilidade gerencial nas tomadas de decisões das empresas

Prever o futuro trilhando o caminho certo e desviando dos erros. Pode parecer impossível e fantasioso, mas não é. No mundo dos negócios esse cenário é possível por meio de uma boa assessoria contábil. Riscos, lucro e rentabilidade fazem parte do cotidiano desses profissionais, que auxiliam os gestores na tomada de decisões por meio de seu conhecimento da área.

Pode parecer claro para o contabilista, mas fazer com que o cliente entenda a necessidade do seu trabalho é um desafio — pois muitos ainda acreditam que soluções caseiras como planilhas em Excel resolvem o caso. Listamos, aqui alguns tópicos que mostram a importância da contabilidade gerencial na tomada de decisões das empresas. Confira:

Números que fundamentam os rumos da empresa

Usada para definir o melhor tipo de investimentos, produtos e serviços que geram lucros ou prejuízo, a contabilidade gerencial tem como base a contabilidade

societária (espécie de prestação de contas interna, para os gestores ou donos do negócio, e externa, destinada aos bancos, funcionários, fornecedores, etc). Surgiu nos anos 80 nos Estados Unidos e teve uma guinada em seu conceito quando softwares começaram a implantar melhorias de qualidade para aumentar o lucro da empresa.

Benefícios diretos para a empresa

Ter todas as informações gerenciais disponíveis em um clique numa espécie de banco de dados é o cenário ideal para qualquer gestor. E a contabilidade gerencial pode fornecer isso com o objetivo de subsidiar a empresa para que tenha vantagem competitiva e crescimento sustentável. Identificar, mensurar e reduzir custos operacionais são atitudes que ajudam na tomada de decisão com base nessas informações e tem relação direta com o planejamento e controle, bem como com a forma de administrar diversas áreas utilizando melhor os recursos do negócio.

Como as informações podem ser organizadas

As informações contábeis são o coração da empresa na tomada de decisões. Entretanto, para que funcionem adequadamente, precisam estar organizadas de forma eficiente, ainda mais levando em consideração o grande volume delas. Para administrá-las é preciso um bom sistema que entenda tudo isso de forma estratégica. Quando isso é realizado, gera impacto direto em custos operacionais, produtividade, rapidez na comunicação e, claro, na tomada de decisões.

Diferencial competitivo

A contabilidade gerencial deixou de ser um luxo para se tornar um diferencial competitivo. Ter a informação correta na hora certa é estar um passo à frente da concorrência. Sem um sistema que organiza tudo isso, a tarefa se torna bem complicada, assim como a falta de um olhar crítico para a seleção dessas informações torna-se arriscado para qualquer negócio, dos pequenos às empresas de grande porte. Além de tudo isso, as constantes mudanças na legislação e impostos justificam um profissional contábil por perto, permitindo que a empresa esteja focada em seu negócio.

Agrupar dados qualitativos e quantitativos exige técnica especializada que só a contabilidade gerencial pode fornecer de maneira correta. Os sistemas de gestão contábil adequados também fazem parte desse contexto, já que organizam as informações de forma ágil e administra maior volume de dados, com mais segurança.

Fonte: Contadores e Cruzeiro Sistemas 11/02/2015

Estudo revela perfil do desemprego



Entre jovens de 16 a 24 anos, proporção de desempregados é estável Foto: Fotos públicas

São Paulo - Estudo da Fundação Seade mostra que nos últimos 30 anos, com relação à faixa etária, houve "forte" redução da proporção de desempregados entre as crianças e adolescentes de 10 a 15 anos.

De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo (PED/RMSP) divulgada ontem pela instituição, esse movimento foi reforçado pela crescente valorização das famílias em relação ao aumento da escolarização, pelas políticas de combate ao trabalho infantil e pela legislação e fiscalização que proíbe o trabalho para pessoas de até 15 anos, exceto na situação de aprendiz.

Dificuldades

Durante o período, com relação aos jovens de 16 a 24 anos, houve permanência da elevada proporção de desempregados nessa faixa etária, o que reflete, segundo o estudo, as tradicionais dificuldades dessa parcela da população de se inserir no mercado de trabalho, cada vez mais exigente em termos de escolarização e capacitação profissional.

A pesquisa observou ainda acentuado aumento da proporção dos adultos de 25 a 39 anos e de 40 a 49 anos no total dos desempregados e, em menor medida, das parcelas das faixas etárias superiores, reflexos do envelhecimento da população e das maiores responsabilidades no orçamento familiar que ainda pesam sobre essas pessoas.

"Talvez mais do que qualquer outro indicador, aquele que mostra a proporção dos homens desempregados segundo nível de escolaridade seja o que mais expressa as transformações por que vem passando o mercado de trabalho regional. A forte redução da participação, no total de desempregados, dos analfabetos ou com o

ensino fundamental incompleto revela a elevação do nível de escolaridade da população", avaliou a fundação, por meio de comunicado.

Escolaridade e raça

Em sentido contrário, os aumentos das proporções dos desempregados nos níveis mais altos de escolaridade, além de refletirem a ampliação geral do nível de escolaridade da população, de acordo com o levantamento, também decorrem da manutenção em elevado patamar da sua presença na força de trabalho da região, embora apresentem menores taxas de desemprego em relação àqueles de menor nível de instrução.

Com relação ao atributo raça ou cor dos homens desempregados, o estudo da fundação revela que a taxa de desemprego dos negros era cerca de 60% superior à dos não negros, em 1985 e 1986, diferença que diminuiu para 50%, em 1999 e 2000, e para 30%, no biênio 2012/2013.

Fonte: DCI 12/02/2015

A rotatividade no mercado de trabalho brasileiro

O DIEESE, por meio de parcerias, tem tratado da questão da rotatividade, em diversos estudos, procurando formas de entender melhor e, ao mesmo tempo, encontrar soluções para o problema. Desenvolveu, com o Ministério do Trabalho e Emprego, diversos trabalhos sobre o tema. Também com o movimento sindical explorou a questão em seminários e em um estudo sobre os setores.

Os últimos resultados do trabalho desenvolvido em parceria com o MTE foram divulgados em dezembro de 2014. De acordo com os dados, entre 2002 e 2013, cerca de 45% dos vínculos de trabalho (CLT) foram desligados com menos de seis meses de vigência do contrato de trabalho e em aproximadamente 65% dos casos sequer atingiram um ano completo. Em 2013, a taxa de rotatividade global chegou a 63,7% e a de rotatividade descontada (após a exclusão de quatro motivos: morte, aposentadoria, demissões a pedido, transferências) foi de 43,4% no mesmo ano, no mercado de trabalho celetista. Em determinados setores e segmentos econômicos da produção, a rotatividade chega a 100% ao ano. Agricultura e pecuária e Construção civil são os mais afetados. Na Construção, a taxa global ficou em 115% e a descontada, em 88%, em 2013. Mesmo na indústria, a rotatividade é de pelo menos 30% ao ano. Nos serviços, ficou em cerca de 60% em 2013.

Rotatividade e políticas públicas para o mercado de trabalho -- livro publicado em 2014, com o MTE. Na primeira parte, analisa a questão que envolve o intenso rodízio de mão de obra no mercado de trabalho, como empregada e desempregada, e o aumento dos gastos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do seguro-desemprego. Depois traz diversas considerações, a partir de contribuições do movimento sindical, para enfrentar o desafio de reduzir as taxas de rotatividade.

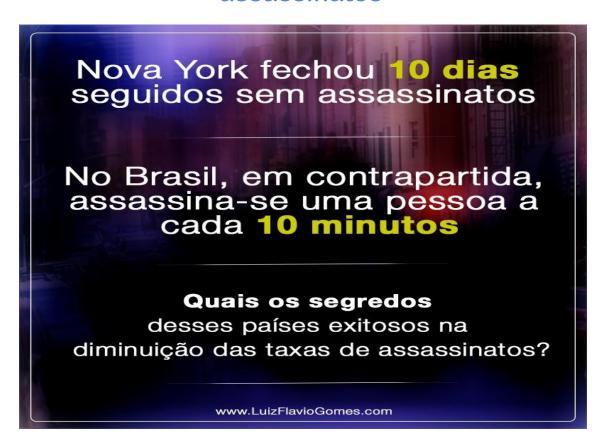
Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho - livro editado em 2011, em convênio com o MTE, realiza um resgate das discussões sobre a rotatividade, situando a questão como parte do debate sobre flexibilidade do mercado de trabalho, além de tratar dos elementos presentes na conceituação do fenômeno e das dificuldades existentes na mensuração do problema. A partir dos registros da Rais, faz uma análise do comportamento do estoque e da movimentação do emprego formal no país com base na observação dos movimentos dos grupos de vínculos empregatícios. Analisa o impacto da flexibilidade contratual no tempo de emprego, compara a situação do Brasil com a de outros países e avalia os tipos de contratos e as causas dos desligamentos. O trabalho concentra-se ainda nos aspectos conceituais do problema e nas implicações da mensuração do fenômeno, além de apresentar os resultados da determinação da taxa para o mercado de trabalho formal e para os setores e subsetores de atividades econômicas em 2001, 2008 2004, 2007, e 2009.

Movimento sindical e a perspectiva setorial - Em agosto de 2014, em parceria com diversas entidades sindicais e com apoio da FES (Fundação Friedrich Ebert), o DIEESE procurou aprofundar o tema a partir da visão setorial. Intitulado Rotatividade setorial: dados e diretrizes para a ação sindical, o livro foi produzido também a partir de dados da Rais e com as contribuições trazidas por uma série de seminários com dirigentes de entidades sindicais de trabalhadores bancários, da construção, do ramo metalúrgico, do comércio, de alojamento e alimentação (hotelaria) e dos químicos. As atividades tiveram como objetivo debater e investigar o fenômeno da rotatividade a partir da ótica setorial, ou seja, averiguar como o problema se manifesta entre esses trabalhadores e quais as características, diferenças ou semelhanças existentes entre os setores. Além do estudo dos dados, os seminários propiciaram aos dirigentes sindicais a oportunidade de debater e

formular uma série de propostas com o objetivo de reduzir as taxas de rotatividade nos respectivos setores.

Fonte: Dieese 19/02/2015

Nova York fechou 10 dias seguidos sem assassinatos



A cidade de Nova York, a mais populosa dos Estados Unidos, com quase 10 milhões de habitantes, antes notabilizada pelas altas taxas de criminalidade (particularmente nos anos 90), no dia 12/2/15 bateu o recorde de 10 dias seguidos sem assassinatos noticiados à polícia. Os índices de assassinatos e roubos (assaltos) caíram pela metade nos EUA (ver Erik Eckholm, *The New York Times International Wekly* – Folha, 7/2/15). Mas Nova York, que possui um dos menores índices de encarceramento do país, é uma das cidades que mais reduziram as taxas criminais: ela registrou apenas 328 homicídios em 2014, contra 2.245 em 1990 (redução de 85%: ver Adam Gopnik, em *Revista Jurídica de la Universidad de Palermo*, año 13, n. 1, novembro/2012, tradução de Juan F. González Bertomeu e colaboradores). E agora bate o recorde de 10 dias sem um assassinato sequer.

No Brasil, em contrapartida, assassina-se uma pessoa a cada 10 minutos. São mais de 57 mil mortes intencionais por ano (e se considerarmos os casos registrados como mortes sem causa definida, o número passa de 60 mil facilmente). Somos o 12º país mais violento do planeta (29 óbitos para cada 100 mil pessoas) e aqui estão 19 das 50 cidades que mais matam no mundo todo. São Paulo tem um dos índices mais baixos de letalidade intencional do Brasil (10 para cada 100 mil pessoas). Mesmo assim, está muito longe de Nova York, com 3 para cada 100 mil. E Nova York, por seu turno, está muito além dos países de capitalismo distributivo (como é o caso da Escandinávia: Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia e Islândia), que contam com 1 assassinato para cada 100 mil pessoas.

Quais os segredos desses países exitosos na diminuição das taxas de assassinatos? Dois modelos se destacam:

- (a) o escandinavo, que prioriza de forma absoluta a prevenção primária (excelentes condições socioeconômicas da população, escolaridade altíssima, extraordinária renda per capita, alta expectativa de vida, primeiros lugares no IDH etc.), sem descuidar da prevenção secundária (obstáculos ao cometimento do crime) nem da repressão (alto índice na certeza do castigo) (ou seja: prevenção primária + prevenção secundária + alto índice na certeza do castigo);
- (b) o norte-americano, que confere prioridade absoluta à prevenção secundária (obstáculos ao cometimento do crime), tais como: (1) revolução no policiamento (concentração nos "pontos quentes", ainda que fossem um ou poucos quarteirões); (2) foco especial no pequeno número de pessoas responsáveis pela maior parte dos crimes; (3) policiamento "intensivo" preventivo (blitz contínuas em toda população: "os pobres nesse caso são os que mais sofrem, mas também os que mais ganham"); (4) o saneamento e o controle rígido da polícia (evitando ao máximo a corrupção); (5) a melhoria visível da estrutura e do preparo do policial, bem remunerado (e mesmo assim muitos desvios ainda acontecem). A efetiva atuação da polícia se transformou em alto grau de certeza do castigo (quase 70% dos homicídios são devidamente apurados e punidos) (sintetizando: prevenção secundária + baixa prevenção primária + alto índice na certeza do castigo).

Os dois modelos são opostos, mas ambos dão bons resultados. Os números estão aí para confirmar o que estamos afirmando. E o Brasil? Não conta com nenhuma política de prevenção (nem primária, nem secundária e muito menos terciária, que consiste na ressocialização do preso). Seguimos aqui a política puramente reativa (não a preventiva). Mesmo assim, uma política reativa (que vem depois do crime) com

baixíssimo índice de certeza do castigo (ao contrário, aqui a certeza é da impunidade, em mais de 98% dos crimes). Em suma: não temos prevenção primária, nem secundária nem certeza do castigo. Estamos, como se vê, no caminho completamente errado. O pior é que muitos demagogos falam bem desse sistema estapafúrdio e genocida e boa parcela da população acredita em demagogia (tal como os homens e mulheres das cavernas acreditavam que possuíam todos os animais que eles pintavam nas paredes dos seus improvisados abrigos). É por isso que Nova York comemora 10 dias sem assassinatos enquanto o Brasil caminha de forma acelerada e galopante para colocar a mão em mais uma taça de campeão mundial: no item violência!

Fonte: Jus brasil 15/02/2015

Filiada a:



